



MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO
PORTE

Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Comitê Gestor da Redesim

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO – GT SISTEMAS PERTENCENTE AO COMITÊ PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS (CGSIM), REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2024, NO HORÁRIO DAS 10H26 ÀS 17H30, NA MODALIDADE HÍBRIDA (PRESENCIAL E ONLINE).

Aos 25 dias do mês de julho do ano de 2024, às 10h26, no prédio do Ministério do Empreendedorismo, Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, na sala de reunião 814, 8º andar, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco J, Brasília-DF, a Secretaria Executiva do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), realizou a primeira reunião do Grupo de Trabalho GT Sistemas, em razão do disposto nos artigos 2º, 6º e 7º, § 1º do Decreto nº 9.927/2019, c.c. art. 2º, inciso III, do Decreto nº 11.725/2023. Os trabalhos foram conduzidos pelo **Sr. Carlos Vinício Lacerda Nacif**, representante da Receita Federal do Brasil e “membro nato” do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), a convite da Secretária Executiva do CGSIM, **Sra. Flavia Regina Britto Gonçalves**, Diretora Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), da Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (SMEPP), do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa De Pequeno Porte (MEMP), reuniram-se com os membros do Grupo de Trabalho Sistemas (GT Sistemas) e deliberaram a respeito dos assuntos elencados na pauta a seguir delineada. A reunião ocorreu de forma híbrida, presencial e virtual, pela plataforma Microsoft Teams, contando com a presença dos membros do Grupo de Trabalho de Sistemas designados na Portaria DREI/MEMP nº 142/2024 (<https://abrir.link/IikAE>). A reunião contou com a participação efetiva dos seguintes membros, identificados nos formatos presencial e virtual: Membros: 1. Flavia Regina Britto Gonçalves – DREI (presencial); 2. Carlos Vinício Lacerda Nacif – RFB (presencial); 3. Olga Embiruçu- RFB (presencial); 4. Pietro Giovanni Perugino- RFB (presencial); 5. Alexandre Velloso – FUCERJA (presencial); 6. Sandra Macedo- CONFAZ (presencial); 7. Flávio Luiz Andrade – ABRASF (presencial); 8. Liken Lima – SERPRO (presencial); 9. Loreane Brandy- SERPRO (presencial); 10. Layla Silva- SEBRAE (presencial); 11. Osmar Vitor Neto – JUCESP (presencial); 12. Aloízio Soares – JUCESP (presencial); 13. Thiago Moraes – SEEC/DF (presencial); 14. Marcelo Moraes – DREI (presencial); 15. José Nadi (virtual); 16. Aldo Ávila (virtual); 17. Ana Paula – SEFAZ/PE (virtual); 18. Anderson (virtual); 19. André Souza (virtual); 20. Carlos Eduardo Tavares (virtual); 21. Gabriel Voi (virtual); 22. Ivonei (virtual); 23. Junior Costa (virtual); 24. Luan Lima (virtual); 25. Marcelo de Oliveira (virtual); 26. Marcio Fernandes (virtual); 27. Rita Gozer (virtual); 28. Sandra Mari (virtual); 29. Tatiana (virtual); 30. T.I JUCEA (virtual); 31. Vera (virtual); 32. Alan – JUCERJA (virtual); 33. Ana Jessica de Oliveira Batista (virtual); 34. Bruna Thiago da

Silva (virtual); 35. Caio (virtual); 36. Charles (virtual); 37. Daniel Vitor (virtual); 38. Erika(virtual); 39. Evelize Curitiba (virtual); 40. Fabiano Takemi Ishii(virtual); 41. Gabriel Tavares (virtual); 42. Karla (virtual); 43. Lucas(virtual); 44. Miriam da Silva Anjos (virtual); 45.Pablo(virtual); 46. Priscila (virtual); 47. Silvio Moisés Ramão(virtual); 48. Tatiane Ueda de Moura (virtual); 49. Sandro Bonfaz(virtual); 50. Vanuza (virtual); 51. Alexander (virtual). Iniciados os trabalhos o **Sr. Carlos Nacif** agradece a presença de todos e ressalta a importância da retomada das reuniões do GT Sistemas. Dada as boas-vindas a todos os representantes das instituições, sendo estas: a Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI); Confaz; Instituto de Registro e Títulos e Documentos do Brasil; FENAJU; ABRASF; CNN; Sebrae; Serpro e a Secretaria de Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresa e os demais representantes que participaram via online. Informa que serão avaliadas as propostas de integração tanto da Receita Federal do Brasil quanto da FENAJU. Agradece à Flávia pelo convite do DREI para esta reunião. Enfatiza a todos os atores que o GT Sistemas é um grupo técnico que ao longo dos anos vem colaborando decisivamente com o ambiente de negócios, com propostas de soluções dos sistemas, a partir do diálogo, cooperação e interação. Passada a palavra à **Sra. Flávia Britto**, esta agradece a presença de todos e reforça a importância de todos os atores presentes. Informa que vem participando de reuniões com os representantes das juntas comerciais e quão importante é a presença destes em todo o processo de integração. Com sua chegada ao DREI, uma de suas incumbências foi a retomada das atividades do CGSIM, por ser um ambiente de suma importância para a evolução do processo. Durante suas apresentações, ela destacou a evolução no processo de registros. Em 2019 o tempo para abertura de empresa levava-se 105 horas, hoje a média nacional está em 17 horas, isso tudo graças ao trabalho bem-feito que vem sendo realizado pela Redesim, CGSIM e Receita Federal do Brasil. Temos duas tecnologias que estão sendo desenvolvidas, e tal cenário democrático permite discussões para se chegar em soluções conjuntas. Finaliza sua fala agradecendo, e mais uma vez enaltecendo a competência e capacidade de todos para construir uma solução tecnológica mais adequada para o processo de registros. Após devidas apresentações de todos os participantes presentes (presencial e virtualmente), dá se início a reunião, **Sr. Carlos Nacif** informa que a pauta havia sido encaminhada aos representantes para prévia análise dos modelos de tecnologia. Existem dois modelos, o da FENAJU e o modelo único da Receita Federal. **Sr. Alexandre Velloso** começa sua apresentação dizendo que o projeto é baseado em sistemas hoje existentes, especialmente o S53. Ele atuaria em todas as juntas, inclusive nas juntas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro que não o utilizam o S53, modificando seus próprios sistemas atuais para se ter a nível nacional uma unicidade de fluxo e de aparência. Entretanto, o desenvolvimento do projeto foi pego de surpresa, pela suspensão do acesso ao S53 um ambiente de homologação, sem nenhum aviso prévio, imotivado, o que vem causando transtornos para o desenvolvimento. Primeiro questionamento colocado foi o porquê do bloqueio do acesso, sob qual justificativa e se isso não ofenderia o que está na lei da Redesim. Informou que desde a criação da rede nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios- Redesim, em 2007, o registro e licenciamento de empresas teve grande avanço relacionado a celeridade e simplificação do processo de abertura, alteração e baixa no Brasil. As juntas comerciais como integradores estaduais conseguiram grandes avanços ao integrado os demais órgãos registro e licenciamento. Hoje temos mais de 3000 (três mil) prefeituras integradas a rede, além de OAB, Cartório- RCPJ e demais órgãos de licenciamento na esfera federal, estadual e municipal. De acordo com o ranking da Redesim e com mérito, excluir de empresas em maio de 2023, foi um dia e 14 horas. É bom lembrar. Que nesse momento já se fala em 17 horas. O tempo médio de abertura de empresas, portanto, nós estamos aí de 38 horas. Em 2023, maio pouco mais de 1 ano atrás. Para 17 horas menos da metade. Perto da

metade do tempo em apenas um ano, em aumento de produtividade. Dado que evidência, todo o avanço no processo de sincronização, integração e simplificação da formalização de empresas. As juntas comerciais se utilizam ao todo de seis soluções de TI. O Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo tem suas próprias soluções. E outras três empresas, atendem mais 24 (vinte e quatro) juntas restantes. Em blocos 5, 9 e 11 juntas distribuídas pelas empresas Box, Pro Solution, e a R2DA, que tem atualmente a Redesim Conectada. Esses são os profissionais que ao longo dos últimos 2 (dois) anos e tem trabalhado em conjunto, emprestando suas inteligências, seus sistemas, para desenvolver um sistema comum. E aqui é um ponto a se destacar que pela primeira vez, as três empresas privadas, pode-se dizer e concorrentes entre si, porque oferecem soluções para os mesmos problemas se juntam em um ambiente de contribuição para desenvolver junto com empresas estatais, aquelas que são das três autarquias: Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, um projeto comum a todos. Que toma de cada solução a sua melhor parte para somar a um trajeto comum. Então não há, prevalência qualquer das soluções hoje instaladas e funcionando. Assim, o aproveitamento do que cada uma tem de melhor. Naquela altura, há um ano, maio de 2023 que haviam sido realizadas 80 (oitenta) reuniões de trabalho para definição dos cursos da administração nacional, a definição dos fluxos padronizados, a definição das condições e decisões e a definição dos casos de uso dos fluxos de apostos a bendizer nesse momento atual, toda a concepção, todo o fluxo de constituição de empresário individual e empresa limitada está completo e pronto para entrar em produção. Naquele instante, a gente focava tentando resolver os seguintes problemas: - A falta de valorização na experiência do usuário; - Fluxo diferente entre soluções dos estados, layouts, disposição dos campos de etapas diferentes entre soluções adotadas pelos estados; - Dificuldades no processo de aprendizagem, na operação das soluções dos estados. É importante ressaltar que ninguém melhor do que as juntas comerciais e as soluções que prestam serviço a elas, para identificar junto ao usuário, especialmente os contadores, que são os maiores usuários de serviço das juntas, o que é melhor para ele e o que pode ser feito para atingir os objetivos de facilitação do trabalho deles. O usuário, a gente costuma dizer a sociedade, pode utilizar o serviço das juntas, mas é especialmente os contadores, e as empresas de contabilidade os nossos grandes parceiros. São nossos "clientes" e conversando com eles a gente fez validações, por exemplo, no Rio de Janeiro, junto com o CRC regional com o SESCO, o Rio de Janeiro. Eles aprovaram dentro do que foi demonstrado, temos a validação por parte dessas 2 distribuições independentes e principais usuários de serviços das juntas. A experiência do usuário na abertura, alteração e baixa de preço em todas as soluções tecnológicas no Brasil, definimos o fluxo padrão no processo de abertura, alteração, e baixa de empresas para que todas as soluções se adequem ao fluxo proposto. Foi definida a experiência do usuário de cada etapa de fluxo proposto, equalizando entre as soluções à disposição das informações. Dinâmica de preenchimento, sequência delas e demais aspectos relacionados ao fluxo de coleta e validação de informações no processo de registro de pessoas jurídicas. Em parceria com o governo federal definimos o design de um sistema padrão que vai ser utilizado por todas as soluções tecnológicas. Esse é um design que se persiste no GOV Br. Planejamos a evolução da experiência do usuário para gradativamente padronizar o fluxo dos estados. Até atingir a mesma experiência em todos os estados. Muito bem, cada junta então representada por essas seis soluções escolhidos ao portal padronizado estadual da Redesim, que obedecerá a um padrão nacional de layout. O padrão nacional a ser criado terá como foco serviço disponibilizado ao usuário, todos os estados terão as mesmas etapas, seguindo o fluxo com padronização das etapas, informações coletadas, as juntas adotarão o login via GOV BR em caráter exclusivo. Isso já não é mais verdade, porque em maio desse ano, o Serpro teve um problema com o acesso com o GOV BR, em uma sexta-feira passamos parece que 8 horas sem acesso via GOV.BR. Então, naquele momento nós resolvemos manter os acessos das

próprias soluções, além do acesso via GOV.BR. Priorizaremos o acesso via GOV.BR, mas haverá alternativa de fazer o acesso via os sistemas das próprias juntas. Todos os estados terão as mesmas etapas seguindo um fluxo com padronização das etapas, as informações coletadas as juntas adotarão login do GOV.BR como já disse, não em caráter exclusivo e a utilização de certificado digital e GOV.BR como forma de assinadora de documentos. As juntas criarão integrações entre as soluções visando a possibilidade do direcionamento entre estados. Isso é uma coisa muito importante que no esboço deste projeto foi abordada a necessidade, a possibilidade e a necessidade de haver entre as juntas comerciais as necessárias integrações com a troca de informações. Ajuste do coletor nacional para possibilitar a constituição de uma filial no mesmo ato, ajuste do coletor nacional para direcionamento via URL para pagamentos informados, expansão de serviço S53, possibilitando a constituição para qualquer natureza política. Isso é muito importante. Expansão do S53 para os processos de alterações e não só de constituição e mais. Expansão do S53 por processo de extinção de todas as naturezas. Acabar com a obrigatoriedade da análise manual no âmbito empresarial. Não acredito na viabilidade pela junta comercial. O sistema poderá fazer verificação de colidência por identidade. O sistema poderá utilizar de recursos para a sugestão e análise de nome automática em processos com filial e outra comunidade federal, o crescimento deve iniciar pela junta em que se encontra a sede. Afirmo acreditar que dá para ver isso aí se é algo explicativo, esse icônico fluxo, mas é como se dá o processo do registro. É por parte do usuário. No caso, ainda só de constituição. Definir os critérios e disposição do portal estadual da REDESIM a padronização. Tudo isso aqui já foi superado. A padronização de tela, nomenclatura e disposição dos campos de integrador, a padronização do layout do integrador estadual, a aprovação do portão estadual da rede e layout nacional, a padronização do processo de constituição do empregador estadual de desenvolvimento, regulação e cotação, com a padronização do processo de exceção assim como de alteração. Olha essas etapas, essas quatro últimas etapas, a parte de constituição já está validada pelo colégio dos presidentes das juntas comerciais na FENAJU. Quando se deu essa aprovação, ele participou dessa reunião dos presidentes da FENAJU como palestrante convidado. Essa é uma breve apresentação do projeto. O fato é o seguinte, volto a dizer, ninguém melhor do que a junta comercial, pela proximidade com o usuário, especialmente os contadores ou os municípios, com os entes estaduais. Coisa que fazíamos arte há década. O nosso subcomitê estadual da Redesim, chamado Cogire, no Rio de Janeiro, foi o primeiro a ser implantado no Brasil já vai completar uma década de reuniões mensais, ininterruptas inclusive durante o período da pandemia. Nós realizamos as reuniões mensais com os entes estaduais e municipais, com os entes do licenciamento e outros entes de registro, como o cartório de pessoa jurídica, a OAB, sempre dividindo as decisões no âmbito do subcomitê estadual. Hoje, no entanto, no ano que vem completa 10 anos de funcionamento mensal ininterrupto. Que é a prova da integração que a gente busca com estados, municípios e usuários. No nosso COGIRE também está lá presente o Conselho Regional de Contabilidade, com voto, o SESCOM do Rio de Janeiro, com voto, o Conselho de Economistas, com voto. Além dos entes de licenciamento entre os municípios que participam frequentemente da vossa reunião. Tudo isso posto, eu volto com aquela pergunta inicial. Por que o serviço S53 no ambiente de homologação foi bloqueado para 26 juntas? Aliás, foi bloqueado para as 27 juntas comerciais e reaberto para a junta de São Paulo. Gostaria de uma resposta do porquê 26 juntas comerciais já estão o serviço bloqueado e quanto isso ofende a legislação vigente. O **Sr. Alexandre Velloso** apresenta a proposta do projeto da FENAJU que consiste na padronização do layout e fluxo de coleta de informações. Não havendo alteração no sistema atual da Redesim. A ideia é dar autonomia para cada junta comercial alterar seu site, mantendo uma aparência comum e um fluxo de perguntas idêntico em todas as juntas. A proposta não mexe no sistema atual, mas busca melhorar a rede existente,

incluindo a opção do Simples Nacional e contemplando outras naturezas jurídicas. A FENAJU está disposta a se adequar às mudanças no sistema atual da Redesim. A **Sra. Sandra** pede a palavra e demonstra estar surpresa, pois como representante do Confaz acredita que deveriam ter sido convidados para participar da elaboração de um projeto a nível nacional. Por representar a arrecadação tributária tem enorme interesse em qualquer projeto que venha influenciar sua instituição. Apesar de participar assiduamente de todas as reuniões da Redesim, que acontecem quinzenalmente, nunca fora colocado nada a respeito deste projeto. Foi feito um fluxo de necessidades da Redesim que por sua vez foi levado ao integrador nacional, porque o integrador estadual não está reunindo com estes. Pontua a importância da inscrição dos profissionais autônomos com CNPJ, que são os casos dos produtores rurais e a força que o agro tem. Alega que gostaria de saber mais a respeito, o que a juntas comerciais propõe. Gostaria de saber mais sobre o projeto para decidir se é bom, se por ventura ele não contribuir para a reforma tributária, vai optar por permanecer com o projeto da Redesim e com as evoluções que estão sendo criadas pelo PNR. O **Sr. Osmar Neto** complementa a apresentação da proposta da FENAJU mostrando a funcionalidade do modelo proposto, reitera que não está sendo feita uma reconstrução nos integradores e sim uma mudança na camada de coleta de dados, onde a principal ideia é a experiência do usuário em termos de coleta e a identidade visual, porém no sistema não há modificação. Ao iniciar sua fala sobre o modelo único proposto pela Receita Federal do Brasil, o **Sr. Carlos Nacif** afirma que o país precisa evoluir para um modelo único, existindo questões importantíssimas para o país e que precisam garantir as competências de cada órgão. A Receita Federal provê para todas as juntas comerciais os sistemas de integradores estaduais, em função da parceria do Serpro, que é a maior ou segunda maior empresa pública de tecnologia do mundo. A Receita Federal, como provedora e financiadora dos serviços, anuncia que não continuará com o serviço S53 a partir de janeiro de 2025. Buscando respeitar as necessidades dos órgãos registras e das administrações tributárias garantindo a continuidade da Redesim, mesmo sem o serviço S53, e assegurando que as administrações tributárias possam seguir suas atividades com tranquilidade. A Receita Federal está disposta a renunciar a algumas coisas para que a Redesim permaneça focada no futuro. "Cooperação", "integração" e "sinergia" são as palavras que definem esse processo de trabalho. Finaliza sua fala convidando a todos presentes para participarem da reunião que acontecerá do dia 05 a 09 de agosto de 2024, no Serpro do Rio de Janeiro onde serão apresentadas as soluções tecnológicas. O **Sr. Alexandre Velloso** solicita que seja enviado à FENAJU o convite da reunião organizada pela Receita Federal, que acontecerá do dia 05 a 09 de agosto de 2024, no Serpro localizado na cidade do Rio de Janeiro. **Sra. Olga Embiruçu** começa a apresentação do projeto da Receita Federal do Brasil dizendo que a Redesim organizou o fluxo garantindo o mínimo de linearidade do processo além disso, respeitando as competências de todos os órgãos. Toda coleta de dados é feita no âmbito dos estados com os sistemas integradores estaduais. Após toda coleta os dados são enviados para o ambiente nacional que valida esses dados, o ambiente nacional valida e gera os CNPJ. É preciso fazer validações com as bases nacionais, porque é esse tipo de ação que vai garantir consistência ao processo. Sem ambiente de integração nacional não é possível qualificar os dados. É importante que a junta tenha o dado qualificado desde a origem. Importante que se possa simplificar para fazer um trabalho efetivo com diminuição de fraude. Esse trabalho que tem sido feito no projeto da FENAJU, não será perdido, o que questionamos é o modelo porque ele tira essa competência de fazer integrações no ambiente nacional. É preciso ter uma coleta de dados para atender questões da reforma tributária. O portal de negócios da Redesim já foi definido que é o eixo estruturante para a reforma tributária, por se tratar do nascimento do CNPJ que é a identificação única das pessoas jurídicas então o portal de negócios e a Redesim estão intrinsecamente amarrados, ligados e com a relação de dependência

muito grande. Sendo então uma grande oportunidade de arrumar esse ambiente. O objetivo dessa reunião é conversar sobre o modelo único de integração e que não se pode prescindir do ambiente de integração nacional. Nesse modelo, nenhum órgão perde sua competência, mantendo-as preservada. A ideia é conservar as integrações facilitando a vida do cidadão, trazer consistência ao processo. Qualificando os dados para a junta comercial que é o nascedouro, onde cria-se a personalidade jurídica. **Sra. Layla Silva** complementa a discussão expressando a falta de discussões entre as equipes técnicas, integradores e o integrador nacional sobre a operacionalização dos sistemas. Há uma preocupação com as etapas de implantação e os prazos correspondentes. Questiona o futuro dos serviços que estão atualmente em fluxo e como eles serão integrados no novo sistema PNR. Demonstra preocupação com a possibilidade de existirem outros sistemas no final e o impacto que isso terá no usuário final, especialmente se não houver uma integração perfeita. Enfatiza a importância de uma transição suave para que o usuário não experimente nenhum retrocesso e expressa dificuldade em ver a evolução do debate para alcançar essa implementação. **Sr. Pietro Perugino** acrescenta a apresentação dizendo que a fluidez proposta no balcão estadual está garantida na proposta da Receita Federal, acrescido da competência nacional. A premissa que a Redesim sempre teve foi de respeitar as competências, atribuições e autonomias de todos os órgãos. O modelo aprovado respeita toda premissa só com uma adequação tecnológica. **Sr. Carlos Nacif** finaliza sua fala dizendo que só serão coletados os dados que forem importantes para as administrações tributárias nesse modelo nacional. As administrações tributárias não querem se arvorar de nada, não querem competência a mais, só querem garantir a necessidade do ambiente nacional por ser essa a missão institucional que as competem. Ao final deste processo serão devolvidos tudo de forma clara e transparente. Se comprometendo em enviar, formalmente, aos presentes o convite para participação na reunião que acontecerá no Rio de Janeiro dos dias 5 a 9 de agosto e 2024 e o material apresentado com as devidas alterações. Não havendo mais assuntos a deliberar, encerrou a sessão às 17h30, razão pela qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada eletronicamente.

Referência: Processo nº 16100.001970/2024-10

SEI nº 44293067